

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

Mírian Carolina Valente Ferreira

PSICOLOGIA E DEFICIÊNCIA: A FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA
ESPANHA

Bauru – SP

2019

Mírian Carolina Valente Ferreira

PSICOLOGIA E DEFICIÊNCIA: a formação universitária no Brasil e na Espanha

Dissertação apresentada, como requisito para a obtenção do título de Mestre, à Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, linha de pesquisa Aprendizagem e Ensino, sob orientação da Prof^a Dr^a Lúcia Pereira Leite.

Bauru– SP

2019

Ferreira, Mírian Carolina Valente.

Psicologia e Deficiência: a formação universitária
no Brasil e na Espanha / Mírian Carolina Valente
Ferreira, 2019
116 f. : il.

Orientadora: Lucia Pereira Leite

Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciência, Bauru, 2019

1. Psicologia. 2. Formação. 3. Modelos
Explicativos. 4. Deficiência. I. Universidade Estadual
Paulista. Faculdade de Ciências. II. Título.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE MÍRIAN CAROLINA VALENTE FERREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 03 dias do mês de maio do ano de 2019, às 09:00 horas, no(a) Sala 1 do Prédio da Pós-graduação da Faculdade de Ciências, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE - Orientador(a) do(a) Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, Prof. Dr. MIGUEL CLAUDIO MORIEL CHACON do(a) Departamento de Educação Especial e Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Profa. Dra. ANA CLAUDIA MOREIRA ALMEIDA VERDU do(a) Departamento de Psicologia e Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem / Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Bauru, sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de MÍRIAN CAROLINA VALENTE FERREIRA, intitulada **Psicologia e Deficiência: a formação universitária no Brasil e na Espanha**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADO. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.

Profa. Dra. LUCIA PEREIRA LEITE

Prof. Dr. MIGUEL CLAUDIO MORIEL CHACON

Profa. Dra. ANA CLAUDIA MOREIRA ALMEIDA VERDU

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço pela oportunidade de existir e participar desta curiosa aventura chamada Vida

Depois, agradeço a mim mesma. Ao longo de um processo longo e tantas vezes solitário como a construção de uma pesquisa científica, encaramos tantos sentimentos contraditórios, tantas dúvidas, passamos por períodos difíceis em nossas vidas pessoais e, no fim, temos de contar com nossa força, nossa persistência, nossa criatividade, nossa inteligência e nossa coragem se quisermos concluir o que começamos. Seria um erro não agradecer a nós mesmos.

Agradeço, também, a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Lucia Pereira Leite pela paciência nos momentos de dificuldades e por compreender que “estive sempre um pouco atrasada, esperando que desse tempo”!

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Miguel Chacon e a Prof.^a Dr.^a Ana Verdu por aceitarem avaliar meu trabalho e, principalmente, pela contribuição essencial num dos momentos mais difíceis dessa caminhada: a escolha de um método de análise dos dados.

Agradeço, ainda, a importantíssima contribuição de minha mãe Vera Sílvia por sua infinita fé na minha capacidade de realizar este trabalho e pelas muitas vezes em que me ouviu reclamar, lamentar, desesperar e comemorar ao longo desta etapa da minha vida.

Por fim, agradeço à incrível oportunidade de crescimento que o mestrado me proporcionou!

“Aquilo que não me mata, só me fortalece”
(Friedrich Nietzsche)

FERREIRA, M. C. V. **Psicologia e Deficiência:** a formação universitária no Brasil e na Espanha. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2019

RESUMO

Esta pesquisa objetivou investigar quais modelos explicativos de deficiência estão presentes na formação universitária em Psicologia no Brasil e na Espanha e comparar os resultados de cada país. Na Introdução são apresentados dados sobre a deficiência em ambos os países; são, ainda, elencados e apresentados os principais modelos explicativos e concepções acerca da deficiência, dos mais antigos aos mais atuais. A seguir, é traçado um percurso histórico do desenvolvimento da Psicologia tanto no Brasil como na Espanha, bem como um panorama da formação e atuação do psicólogo no que tange às questões da deficiência nesses países. No capítulo dedicado ao Método explica-se o percurso metodológico utilizado para se obter os resultados, o qual consistiu na coleta dos elementos curriculares das disciplinas de cinco universidades brasileiras e cinco espanholas, disponíveis online nos respectivos sites das universidades, para posteriormente realizar análise textual dos mesmos com auxílio do software IRAMUTEQ. Na Apresentação e Discussão dos Resultados, os dados encontrados são apresentados e interpretados à luz dos objetivos da pesquisa, indicando a existência de diferenças entre a formação espanhola e brasileira, sendo que na Espanha o modelo social de deficiência aparece com maior consistência ao longo do material analisado, bem como a relação entre deficiência e sociedade surge como uma preocupação constante. No Brasil, embora o modelo social de deficiência esteja presente na formação, ainda permanece atrelado às explicações baseadas no modelo médico-biológico. Nas Considerações Finais são feitas considerações sobre os alcances e limites da presente pesquisa, sugerindo-se possibilidades de estudos futuros.

Palavras-chave- Psicologia; formação; modelos explicativos; deficiência

FERREIRA, M. C. V. **Psychology and Disability**: university education in Brazil and Spain. 2019. 116 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Bauru, 2019

ABSTRACT

This research aimed to investigate which explanatory models of disability are present in the university formation in Psychology in Brazil and Spain and compare the results of each country. In the Introduction disability data are presented in both countries; are also listed and presented the main explanatory models and conceptions about disability, from the oldest to the most current. The following is a historical overview of the development of psychology in both Brazil and Spain, as well as an overview of the psychologist's training and performance in disability issues in these countries. In the chapter dedicated to the Method, the methodological course used to obtain the results is explained, which consisted of the collection of the curricular elements of the disciplines of five Brazilian and five Spanish universities, available online at the respective universities', to later to carry out a textual analysis of them using the IRAMUTEQ software. In the Presentation and Discussion of Results, the data found are presented and interpreted in the light of the research objectives, indicating the existence of differences between the Spanish and Brazilian training; in Spain the social model of disability appears with greater consistency throughout the material analyzed, as well as the relationship between disability and society arises as a constant concern. In Brazil, although the social model of disability is present in the training, it still remains linked to the explanations based on the medical-biological model. In the Final Considerations, considerations are made about the scope and limits of the present research, suggesting possibilities of future studies.

Keywords- Psychology; formation; explanatory models; disability

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Instituições Pesquisadas.....	61
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Informações das Disciplinas.....	67
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dendograma Brasil.....	76
Figura 2 - AFC Classes Brasil.....	83
Figura 3 – Análise de Similitude Brasil.....	84
Figura 4 – Dendograma Espanha.....	87
Figura 5 – AFC Classes Espanha.....	91
Figura 6 – Análise de Similitude Espanha.....	92

LISTA DE SIGLAS

AFC - Análise Fatorial por Correspondência

CEG – Conselho de Ensino de Graduação

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CNE/CEB - Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica

DSM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

GESODIS - Grupo de Estudios Sociales sobre Discapacidad

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMSERSO - Instituto de Mayores y Servicios Sociales

IRAMUTEQ - Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LOGSE - Ley Orgánica General del Sistema Educativo

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PDF – Portable Document Format

PNE – Plano Nacional de Educação

SDECTI - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ST – Segmentos de Texto

TEA – Transtorno do Espectro do Autismo/Autista

THE – Times Higher Education

UAB – Universidade Autônoma de Barcelona

UAM – Universidade Autônoma de Madri

UB – Universidade de Barcelona

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNAV – Universidade de Navarra

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UPIAS - Union Physical Impairment Against Segregation

URV – Universidade de Rovira i Virgili

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. RELAÇÕES ENTRE DEFICIÊNCIA E SOCIEDADE.....	20
2.1. Modelos de Deficiência.....	28
3. RELAÇÕES ENTRE PSICOLOGIA E DEFICIÊNCIA.....	39
3.1. Formação, deficiência e currículo.....	46
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
4.1. Coleta de Dados.....	49
4.2. Análise de Dados.....	57
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	61
5.1. Universidades Seleccionadas no Brasil e na Espanha.....	63
5.2. Áreas de Atuação.....	70
5.3. Resultados da Análise do IRAMUTEQ no Brasil.....	75
5.4. Resultados da Análise do IRAMUTEQ na Espanha.....	87
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	104

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de minha graduação em Psicologia percebi que, embora tivéssemos uma disciplina toda dedicada à temática da deficiência, quando debatíamos a questão das minorias, por exemplo, raramente as pessoas com deficiência eram lembradas enquanto grupos ou indivíduos que têm sido sistematicamente excluídos nas sociedades e na garantia dos direitos humanos. Apesar dos esforços no sentido de realizar a inclusão desses grupos, a temática aparece quase sempre sob um viés reabilitador, no qual a noção de pessoas a quem falta algo e as quais a sociedade espera que se encaixem, por uma maneira ou outra, fica evidente.

Inevitavelmente, comecei a me questionar sobre quais trabalhos a Psicologia desenvolve junto às pessoas com deficiência e a importância que uma formação de qualidade em Psicologia pode ter na oferta de profissionais capacitados a oferecer o melhor atendimento possível a esse seguimento populacional. Isso me motivou a pensar uma pesquisa que pudesse me proporcionar pelo menos parte da resposta a esses questionamentos.

Entretanto, se faz importante dizer que meu interesse pelo fenômeno da deficiência começou antes da graduação, por conta de um elemento autobiográfico: tenho diagnóstico de autismo leve, também conhecido como Síndrome de Asperger. Todo o processo de autoconhecimento que me levou ao diagnóstico, bem como episódios difíceis que precisei enfrentar ao longo da vida me sensibilizaram para a questão da deficiência e me permitiram vê-la pelo prisma dos direitos humanos e não reduzida à polarização normalidade/anormalidade. Considero relevante trazer esse relato, pois é essencial que nós, pessoas com deficiência, cada vez mais tenhamos a

chance de ocupar a posição de pesquisador e dizer sobre nós mesmos, propiciando assim também esse olhar diferenciado sobre o fenômeno da deficiência.

De acordo com notícia veiculada no site das Nações Unidas no Brasil (ONUBR, 2018), dados da Organização Mundial de Saúde de 2011 apontam que 1 bilhão de pessoas viviam com alguma deficiência no mundo, o que equivaleria dizer que a cada sete pessoas, uma tinha algum tipo de deficiência. Desde então, é preciso considerar que esse valor possa ter se modificado, porém serve como indicativo do grande número de pessoas com deficiência em nossas sociedades. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), estabelecida por resolução da Organização das Nações Unidas, objetivando “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” vem orientando o entendimento e atuação dos países signatários em relação à questão da deficiência desde sua elaboração. Essa convenção buscou redimensionar a deficiência como algo social e não mais localizado exclusivamente na pessoa que a possui, propondo, portanto, uma mudança radical no como se concebia a deficiência anteriormente.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15 (BRASIL, 2015), pautada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e norteadada pelo princípio dos direitos humanos, trouxe para a legislação do país o mesmo entendimento daquele documento acerca da definição de pessoa com deficiência, qual seja:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Cabe destacar, ainda segundo a mesma normativa no parágrafo primeiro do segundo artigo, que, quando necessária, a avaliação da deficiência será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar. Isto significa dizer que a deficiência não será mais avaliada apenas pelo viés médico e biológico, mas outros fatores serão levados em conta tais como os aspectos sociais, ambientais e o estado psicológico da pessoa avaliada; assim evidencia-se a importância do profissional da Psicologia dentro das equipes multiprofissionais e interdisciplinares. Este dispositivo presente na lei reforça a ideia de que a deficiência não é condição exclusiva do sujeito que a apresenta, mas decorre fortemente dos aspectos sociais presentes no meio social onde ele vive.

Na Espanha, de acordo com informações disponíveis no site do *Instituto de Mayores y Servicios Sociales* (IMSERSO) do *Ministerio de Sanidad, Consumo y Bienestar Social*, a definição de pessoa com deficiência nesse país segue a definição dada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assim como no Brasil. O Real Decreto Legislativo 1/2013 – que aprova o texto reformulado da Lei Geral dos Direitos das Pessoas com Deficiência e sua Inclusão Social, traz a seguinte redação em seu artigo quarto:

"son personas con discapacidad aquellas que presentan deficiencias físicas, mentales, intelectuales o sensoriales, previsiblemente permanentes que, al interactuar con diversas barreras, puedan impedir su participación plena y efectiva en la sociedad, en igualdad de condiciones con los demás." (ESPANHA, 2013)

Em adição a essa definição, é preciso observar um detalhe importante no que tange à Espanha: segundo informações apresentadas no site do IMSERSO, bem como no Real Decreto 1971/1999, para ser considerada pessoa com deficiência o indivíduo precisa passar por uma avaliação multiprofissional em que além de atestar essa condição, é determinado o grau da deficiência, ou seja: a pessoa é submetida a

uma avaliação realizada por órgão estatal em que são investigadas suas limitações pessoais, bem como fatores sociais que possam concorrer para a produção de sua deficiência, através do uso de critérios técnicos unificados. Então, se for classificada com um grau de deficiência igual ou superior a 33%, poderá obter benefícios, direitos econômicos e serviços de órgãos públicos (CONFEDERACIÓN PLENA INCLUSIÓN).

É importante destacar que nem todas as pessoas nascem com uma deficiência, mas que esta pode ser adquirida em função de acidentes automobilísticos, acidentes de trabalho ou, ainda, fatores geracionais, apenas para citar algumas possibilidades. Cumpre ainda destacar que, de acordo com Palacios e Romañach (2006, p. 29), no âmbito do senso comum, as pessoas com deficiência seguem sendo vistas como heróis ou párias, mas nunca completamente como sujeitos de direitos. Fica evidente a urgência do debate em relação a esse grupo social em todos os âmbitos.

Sendo assim, o objetivo desta pesquisa foi de investigar quais as concepções e modelos explicativos de deficiência são veiculados nas formações em Psicologia oferecidas em Universidades brasileiras e espanholas; a partir disso, foram realizadas algumas comparações entre os resultados obtidos em cada país. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa documental – que será melhor esclarecida no capítulo oportuno- com vistas à análise de componentes curriculares que abordassem a temática da deficiência.

É importante esclarecer que a opção por realizar a pesquisa em dois países diferentes, configura-se no interesse em apreender como a temática deficiência tem sido abordada em disciplinas que compõem a grade curricular dos cursos de Psicologia nessas duas realidades. Embora localizados no mesmo hemisfério Ocidental, sendo um no Norte e outro no Sul, tais países se localizam em continentes distintos, com perfis socioeconômicos diferenciados. Cumpre informar que alguns dos

fatores que motivaram a escolha da Espanha como país a ser analisado conjuntamente ao Brasil, são: em primeiro lugar, a posição de destaque e liderança ocupada por esse país em questões relacionadas à participação de pessoas com deficiência nas esferas sociais, sendo inclusive referência nos preceitos da inclusão educacional, muito em função da Declaração de Salamanca (1994), da qual o Brasil é signatário e tornou-se uma referência por muitos anos no país e, em segundo lugar, o fato de ser um país onde o movimento de pessoas com deficiência é bastante forte, tendo dado origem ao modelo de diversidade funcional, que será tratado no capítulo apropriado.

Para ampliar o foco do estudo e a pertinência de sua realização foi feita uma varredura na literatura para conhecer as pesquisas com temática semelhante e quão interessantes são suas descobertas em suas respectivas áreas; para isso consultou-se o Portal de Periódicos Capes e o sítio eletrônico do Google Acadêmico, procurando os estudos nas respectivas ferramentas de busca, por meio das seguintes palavras-chave: formação; currículo; deficiência, grafadas tanto em português quanto em suas equivalentes em espanhol. O critério para seleção das pesquisas foi temporal, no sentido de que foram priorizadas pesquisas publicadas de 2010 em diante, bem como pelo conteúdo, pois priorizou-se aquelas que promoviam uma análise documental dos elementos curriculares de cursos de nível superior.

Desse procedimento encontraram-se alguns trabalhos que foram conduzidos por Rubinstein (2012), Velden (2012), Salerno *et al* (2015); Souza (2016), Amorim *et al* (2016), demonstrando a relevância de se investigar a formação universitária de futuros profissionais. Em particular, Rubinstein (2012) e Salerno *et al* (2015) investigaram a temática da deficiência na formação em Educação Física. Estes últimos abrangeram no campo de pesquisa uma universidade do Brasil e outra da

Espanha ao passo que Rubinstein realizou sua pesquisa numa universidade de Montevideu. Velden (2012), por sua vez, investigou a presença do tema deficiência em cursos de formação em Psicologia das universidades públicas do país; Souza (2016) analisou os currículos de cursos de formação de professores de quatro universidades do estado de São Paulo com o intuito de investigar as perspectivas atuais de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular e, por fim, Amorim (2016) trabalhou com os componentes curriculares de graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, buscando mapeá-los e compreender de que forma eles têm retratado a deficiência. Contudo, nenhuma das pesquisas mencionadas procurou abranger na sua análise comparações do tema em cursos de Psicologia do país e externo a ele.

Nestas pesquisas, apareceram nos resultados indícios de que muitos desses cursos estudados ainda apresentam disciplinas em que a deficiência é trabalhada principalmente sob a égide do modelo médico-biológico, preocupado em categorizar, padronizar, diagnosticar, tratar e reabilitar a pessoa com deficiência.

Assim, as páginas que seguem procuram demonstrar os caminhos percorridos para realização desta pesquisa em que o texto está organizado em unidades capitulares sequenciais. No primeiro capítulo, intitulado de “Relações entre Deficiência e Sociedade” será apresentado um breve resumo sobre as relações que a humanidade travou com o fenômeno da deficiência ao longo da história e quais os tratamentos dispensados às pessoas com deficiência, dedicando a apresentar quais as concepções e modelos explicativos de deficiência surgiram ou foram formulados. Ainda nessa parte será apresentado um panorama da situação das pessoas com deficiência no Brasil e na Espanha.

No segundo capítulo, nomeado de “Relações entre Psicologia e Deficiência” serão apresentadas informações sobre como a Psicologia, enquanto ciência e área de atuação profissional, tem sido utilizada no atendimento de demandas ligadas às questões da deficiência em ambos os países em estudo, mais especificamente procurará detalhar as áreas de atuação da Psicologia que mais têm contato com a questão da deficiência, bem como normativas e recomendações que norteiam as práticas psicológicas nesse sentido. Em adicional, será debatida a importância da formação universitária oferecida aos futuros profissionais que virão a trabalhar com a temática da deficiência nas universidades, em especial os psicólogos.

No terceiro capítulo, chamado de “Percurso Metodológico”, serão detalhados os procedimentos utilizados para a coleta e a análise dos dados da pesquisa nos campos investigados. A seguir, no quarto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, acompanhados de análise e interpretação. Por fim, tem-se as Considerações Finais permitindo o entrelaçamento das informações anteriormente oferecidas, encerrando a pesquisa. O texto ainda é acrescido com notas sobre o material bibliográfico citado e documentos utilizados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar o trabalho algumas conclusões puderam ser traçadas; em relação às universidades brasileiras, o primeiro ponto que merece ser destacado diz respeito ao fato de que as disciplinas que abordam temáticas sobre deficiência – como já colocado – representam uma pequena porcentagem do total de disciplinas oferecidas em cada curso. Para além disso, 82,1% delas eram disciplinas optativas, sendo que a UFMG, UFRJ – responsável por disciplinas que abordaram Psicologia e Acessibilidade - e UFRGS não apresentaram nenhuma disciplina obrigatória na temática deficiência. Isto indica que a formação do profissional de Psicologia segue sendo pouco rica para capacitá-lo a atuar nessa área.

A partir da análise dos resultados obtidos para as universidades brasileiras evidencia-se que, embora a discussão sobre a relação deficiência-sociedade e do modelo social de deficiência esteja presente ao longo das disciplinas pesquisadas, essa presença ainda é tímida e sempre atrelada aos pressupostos do modelo médico-biológico. Mesmo quando falamos da atuação do psicólogo junto às pessoas com deficiência, essa atuação aparece voltada ao próprio indivíduo, raramente abordando uma atuação junto à sociedade, sendo para torná-la mais inclusiva, adaptada, para conscientizá-la, para empoderar grupos de pessoas com deficiência e dar-lhes voz, dentre outras possibilidades.

Temáticas relacionadas tanto ao modelo médico-biológico quanto ao modelo social da deficiência surgiram ao longo das mesmas; apesar disso, a atuação do psicólogo aparece relacionada fortemente às práticas de reabilitação e intervenção com o sujeito, o que constitui característica de um viés mais biológico, distanciando de contribuições para o debate acerca da relação deficiência-sociedade na atualidade.

Como visto anteriormente, aspectos ligados à temática da diversidade, identidade e grupo apareceram em disciplinas sobre Psicologia do Trabalho e Orientação Profissional, que são optativas, o que coloca em xeque a abrangência dessa formação, uma vez que essas disciplinas tanto podem como podem não ser cursadas.

Não foram encontradas referências aos modelos de prescindência ou metafísico, o que não surpreende já que tais concepções estão, hoje, presentes mais no senso comum do que no bojo de uma disciplina de um curso de caráter científico, como o de Psicologia.. Ainda, é importante apontar que o Transtorno do Espectro Autista foi tratado, de forma geral ao longo das disciplinas, como uma psicopatologia, sob um viés orgânico, numa clara divisão entre a normalidade e a anormalidade, sem qualquer alusão à outras perspectivas sobre o mesmo.

Já para as universidades espanholas, o primeiro aspecto que merece destaque é que a porcentagem de disciplinas que abordam a temática da deficiência, como já apontado anteriormente, é ligeiramente maior do que o número de disciplinas desse tipo nas universidades brasileiras; além disso, 65,1% delas são optativas, contra os 82,1% de disciplinas optativas nas universidades do Brasil. Isso parece indicar uma formação mais rica em conteúdos sobre deficiência, o que não significa necessariamente que uma formação seja melhor do que a outra. A implicação desse aspecto na análise das disciplinas advém do fato de que, mesmo uma formação que abranja questões sobre deficiência não será efetiva se os conteúdos mais ricos estiverem no bojo de disciplinas optativas que podem não ser cursadas e, principalmente, se as disciplinas obrigatórias não tiverem sucesso em sensibilizar os estudantes para a questão.

Comparando as universidades brasileiras e espanholas a primeira coisa que cabe apontar é que ambas têm seguido as determinações a respeito da inclusão de

disciplinas sobre deficiências em seus cursos (PORTARIA Nº 1793/94; LEY ORGANICA Nº 4/2007), como também demonstrou Chacon (2004) em pesquisa que analisou as grades curriculares de Psicologia e Pedagogia, no período entre 1992 e 1997. Ainda assim, a análise revelou que as universidades brasileiras participantes da pesquisa trazem em seu bojo, de forma bastante frequente, noções ligadas ao modelo médico-biológico o que está em consonância com outros estudos semelhantes a este realizados no Brasil (MICHELS, 2005; VELDEN, 2012). Embora Michels tenha conduzido sua pesquisa nos cursos de Educação Especial da Universidade Federal de Santa Catarina, vale destacar que seus resultados apontaram para o fato de que os profissionais da Educação Inclusiva são formados dentro de uma lógica médica e também da Psicologia funcionalista, centrada em métodos, técnicas e recursos.

Por outro lado, foi possível verificar que o mesmo não tem acontecido com as universidades espanholas que parecem estruturar suas disciplinas levando em consideração variados aspectos do modelo social da deficiência, numa perspectiva mais abrangente e voltada ao social. Porém, como visto anteriormente neste trabalho, o país ainda precisa caminhar um longo percurso para efetivar a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência. Por fim, faz-se necessário alertar que, no caso das universidades de ambos os países, o fato de este ou aquele modelo explicativo de deficiência se destacar mais na construção das disciplinas não é por si só garantia de que a formação efetivamente se baseará nele, mas, sim, um forte indicativo de quais concepções orientam o ensino.

Esta pesquisa objetivou investigar quais as concepções e modelos explicativos de deficiência são veiculados nas formações em Psicologia oferecidas em Universidades brasileiras e espanholas e fazer comparações entre os dois países. Seus resultados evidenciam diferenças entre a formação oferecida pelos cursos de

graduação em Psicologia no Brasil e na Espanha, indicando que este último país estrutura suas disciplinas sobre deficiência com base nos pressupostos do modelo social de deficiência, enquanto que no Brasil ainda existe presença considerável do modelo médico biológico na formação. Nesse sentido, é importante que se busquem mudanças no modo como as disciplinas são concebidas para que reflitam o que existe de mais atual nessa área, para que a formação esteja apta a entregar para a sociedade profissionais que tenham uma visão diferenciada do fenômeno da deficiência.

A partir da pesquisa realizada para construir a parte teórica desta dissertação, dois pontos ficaram claros: a relevância do modelo social da deficiência, bem como de outros modelos explicativos mais atuais, para potencializar o desenvolvimento das pessoas com deficiência e a importância de uma formação universitária de qualidade na área da Psicologia, para fornecer melhores profissionais à sociedade. Num mundo diverso e plural, em que se fazem presentes tantas problematizações acerca das identidades minoritárias, suas singularidades, seus direitos, não há mais espaço para que as pessoas com deficiência sejam tratadas meramente como casos médicos e que a única preocupação dos profissionais para com elas seja diagnosticá-las e reabilitá-las.

Hoje, é preciso superar modelos que enxerguem apenas suas limitações, suas faltas, para que as questões concernentes à deficiência não sejam tratadas com pena, caridade ou assistencialismo. O grupo das pessoas com deficiência precisa ser visto como um grupo detentor de direitos, é preciso então que suas características e particularidades sejam compreendidas à luz do entendimento de que elas se manifestam no seio de uma sociedade amplamente excludente e que, portanto, é preciso extrapolar as discussões sobre deficiência apenas num nível médico-biológico.

Estas reflexões podem ser realizadas a partir dos questionamentos levantados pelo modelo social de deficiência, bem como o modelo de diversidade funcional e da neurodiversidade, por exemplo. Apenas uma formação crítico-reflexiva sobre tais modelos pode auxiliar o futuro profissional da Psicologia a oferecer serviços que possam proporcionar à pessoa com deficiência oportunidades de desenvolvimento verdadeiramente humano, alinhado realmente aos pressupostos de uma sociedade que busca ser de fato inclusiva. Especialmente na área da Psicologia é essencial entender as muitas facetas que compõem o fenômeno da deficiência para que as pessoas com alguma deficiência possam ser vistas como sujeitos tão complexos, profundos e multideterminados quanto qualquer outro, não resumidos à um diagnóstico. Mais que isso, uma formação alinhada aos modelos mais atuais e críticos auxilia esse grupo a encontrar e exercer sua própria voz e produz mudanças sociais.

Assim, por meio desta pesquisa, espera-se auxiliar no alargamento dos estudos na área da formação de psicólogos, estabelecendo diálogos entre essa formação e os modelos de deficiência apresentados. Em particular, acredita-se que permitirá a análise concreta dos currículos de universidades, apontando, a partir de análise de componentes curriculares, a incidência e como tem sido retratado o assunto da deficiência na formação do psicólogo. Pretende-se, e isso é muito importante, fornecer conhecimento e provocar reflexão naqueles que lerem este trabalho.

Ainda assim, a pesquisa apresenta limitações. Primeiramente, ao selecionar apenas cinco universidades de cada país, não é possível afirmar que os resultados representam, de fato, a realidade da formação em cada um deles; é preciso atentar que cada universidade apresentará particularidades e abordagens variadas. Da mesma forma, faz-se necessário lembrar que uma parcela considerável da formação em Psicologia no Brasil ocorre em universidades particulares, que em função dos

critérios estabelecidos para a seleção das universidades participantes não se enquadraram entre as selecionadas. Nesse sentido, sugere-se que novas pesquisas sejam conduzidas para conhecer as realidades de outras universidades, de natureza administrativa ou regional diferenciadas.

Outro aspecto que pode limitar a generalização dos dados obtidos pela pesquisa encontra-se no fato de que não existe garantia de que os pontos apresentados nos planos de ensino serão ensinados de fato ao longo das aulas, nem tampouco de que forma serão transmitidos. Por exemplo, em razão de muitos fatores como tempo, interesse dos alunos e imprevistos alguns pontos podem ser priorizados em lugar de outros. Sendo assim, é impossível garantir que a prática das aulas refletirá de forma exata aquilo que foi estabelecido nos planos de ensino ou, ainda, que os alunos irão se apropriar de todos os conteúdos da mesma maneira. Assim, se evidencia a importância das pesquisas que se propõem a investigar as concepções de deficiência de alunos ingressantes e concluintes e verificar as possíveis mudanças ocorridas entre esses dois momentos distintos de curso; futuramente, outras pesquisas poderiam, de alguma forma, investigar a prática dos profissionais de Psicologia que atuam junto às pessoas com deficiência e que concepções orientam essa prática.

Cabe ressaltar ainda outra questão: as ementas das disciplinas são estabelecidas segundo normativas próprias da instituição de ensino, não podendo ser modificadas a qualquer momento por questões regimentais. Isso aponta para o fato de que a aula ministrada pelo professor em sala de aula pode se pautar em outros conteúdos que não aqueles descritos no ementário, enquanto a ementa do curso permanece não atualizada. Ainda assim, considera-se necessário, após todo o percurso feito nesta pesquisa, oferecer uma sugestão concreta à questão foco do

estudo e, nesse sentido, sugere-se um exemplo de ementa que pudesse contemplar as discussões e críticas traçadas ao longo deste texto.

Disciplina: Dimensões biopsicossociais da deficiência. Ementa: introduzir o aluno ao fenômeno da deficiência, discorrendo sobre suas dimensões biológica, psicológica e social, percorrendo historicamente modelos e concepções de deficiência e seus contrapontos.

Ao longo dessa disciplina, o fenômeno da deficiência seria analisado sob diversos aspectos, dando enfoque ao prisma do modelo social de deficiência, compreendendo-a como algo que surge não nos corpos dos sujeitos, mas nas relações entre esses corpos que apresentam diferenças e uma sociedade não estruturada para incluí-los. Nesse sentido, alguns conteúdos que seriam abordados pela disciplina são: normalidade e anormalidade; eliminação de barreiras; paradigmas no atendimento à pessoa com deficiência; formação da identidade da pessoa com deficiência; direitos e garantias, deficiência e interseccionalidade. Diante da discussão proporcionada por esses tópicos, o estudante seria levado a questionar o papel do profissional da Psicologia no trato com a pessoa com deficiência, refletindo suportes e/ou ajustes realizados no contexto que possam garantir uma maior participação desse sujeito nas mais diversas esferas sociais.

REFERÊNCIAS

ABELLÁN, R.M.; RODRIGEZ, R.H.; FRUTOS, A.E. Una Aproximación a la Educación Inclusiva em España. *Revista Educación Inclusiva*, vol.3, nº 1, p. 149-164, 2010. Disponível em:< <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3208385>>. Acesso em: 04/2018.

ALCOBA, S.A.C. Estranhos no Ninho: a inclusão de alunos com deficiência na UNICAMP. 2008. 231f. Doutorado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

ALFARO-ROJAS, L. Psicología y Discapacidad: un encuentro desde el paradigma social. *Revista Costarricense de Psicología*, vol. 32, n.º 1, p. 63-74, 2013. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=476748711005>>. Acesso em: 05/2018.

AMENDOLA, M. F. Formação em Psicologia, Demandas Sociais Contemporâneas e Ética: uma perspectiva. *Psicologia:Ciência e Profissão*, v. 34, n. 4, p. 971-983, 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932014000400971&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 01/2019.

AMIRALIAN, M.L.; BECKER, E.; KOVÁCS, M.J. A Especialização do Psicólogo para o Atendimento as Pessoas Portadoras de Deficiência. *Psicol. USP* v.2 n.1-2 São Paulo, 1991. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100011>. Acesso: 04/2018.

AMORIN, É.G; MMEDEIROS NETA, O.M; GUIMARÃES, J. A Deficiência em Foco nos Currículos de Graduação da UFRN: uma abordagem histórica (1960-2015). *Holos*, ano 32, v. 2, 2016. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4000>>. Acesso em: 06/2018.

ANTUNES, M.A.M. A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição. 5ª ed. São Paulo: Educ, 2007. 134p.

APA – American Psychological Association. Guidelines for Assessment of and Intervention with Persons with Disabilities, 2011. Disponível em:< <http://www.apa.org/pi/disability/resources/assessment-disabilities.aspx>>. Acesso em: 05/2018.

ARANHA, M.S.F. Paradigmas da Relação da Sociedade com as Pessoas com Deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho, Ano XI, no. 21, pág. 160-173, março, 2001*. Disponível em: <www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>. Acesso em: 01/2016.

BALEOTTI, L.R.; OMOTE, S. A Concepção de Deficiência em Discussão: ponto de vista de docentes de Terapia Ocupacional. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 71-78, 2014*. Disponível em: <<http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/cto.2014.008>>. Acesso em: 05/2018.

BARS, I. S; FUENTES, S. S; GINÉ, C. G; VILLORIA, E. D. Análisis de los distintos enfoques del paradigma del diseño universal aplicado a la educación. *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva, v. 8, nº 1, p. 143 – 152, 2014*. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4755984>>. Acesso em: 11/2018.

BOCK, A.M.B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M.L.T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 368p.

BOCK, G. L. K; GESSER, M; NUERNBERG, A. H. Desenho Universal para a Aprendizagem: a produção científica no período de 2011 a 2016. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.143-160, 2018*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382018000100143&script=sci_abstract>. Acesso em: 09/2018.

BRAID, L.M.C.; MACHADO, M.F.A.S.; ARANHA, A.C. Estado da arte das pesquisas sobre currículo em cursos de formação de de profissionais da área da saúde: um levantamento a partir de artigos publicados entre 2005 e 2011. *Interface (Botucatu) vol.16 no.42, Botucatu, 2012*. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832012000300008>. Acesso em: 04/2018.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 04/2019.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 06/2017.

BRASIL. Portaria nº 1.793, de dezembro de 1994. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port1793.pdf>>. Acesso em: 12/2018.

BRASIL. Resolução nº 05, de 15 de março de 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 08/2017.

BRUGUÉ, J. C. ¿Discapacidad o Diversidad Funcional?. *Siglo Cero*, v. 46 (2), n.º 254, p. 79-97, 2015. Disponível em: <<http://revistas.usal.es/index.php/0210-1696/article/view/14299>>. Acesso em: 10/2018.

CAMARGO, M. L; JÚNIOR, E. G; LEITE, L. P. O Psicólogo e a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Trabalho. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n 3, p. 799-814, 2017. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932017000300799&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 01/2019.

CAMARGO, B.V; JUSTO, A. M. Tutorial para Uso do Software IRAMUTEQ. *Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – UFSC*, Florianópolis, 2018. Disponível em:< <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018> >. Acesso em: 01/2019.

CHACON, M. C. M. Formação de Recursos Humanos em Educação Especial: resposta das Universidades à *Recomendação* da Portaria Ministerial nº 1.793. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília*, v.10, n.3, p.321-336, 2004. Disponível em: <https://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista10numero3pdf/5chacon.pdf>. Acesso em: 05/2018.

CHADE, J. Para ONU, Brasil trata pessoas com deficiência com assistencialismo. *O Estado de S. Paulo, São Paulo*, ano 131, n. 42656, 25 ago. 2015. Disponível em:< <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,para-onu--brasil-trata-pessoas-com-deficiencia-com-assistencialismo,1750275>>. Acesso em: 04/2018.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob Nova Perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n.º 24, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 12/2018.

COLEGIO Oficial de Psicólogos de Madrid. Ambitos Profesionales. Disponível em: < <http://www.copmadrid.org/web/colegiados/ambitos-profesionales>>. Acesso em: 08/2017.

CONSEJO GENERAL DE LA PSICOLOGÍA DE ESPAÑA. Código Deontológico del Psicólogo. 2014. Disponível em:< <https://www.cop.es/index.php?page=CodigoDeontologico>>. Acesso em: 05/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em:< <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>>. Acesso: 04/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Práticas Profissionais dos(as) Psicólogos(as) em Educação Inclusiva, Brasília, 2009. Disponível em:< [http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2010/11/Livro_web6\(12.07.2010\).pdf](http://crepop.pol.org.br/wp-content/uploads/2010/11/Livro_web6(12.07.2010).pdf)>. Acesso em: 03/2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Educação Inclusiva: Experiências Profissionais em Psicologia, Brasília, 2009. Disponível em:< https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/12/livro_educacaoinclusiva.pdf >. Acesso: 04/2018.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05/2017.

DINIZ, D. BARBOSA, L. SANTOS, W.F. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Sur, Rev. int. direitos human.*, vol.6, n.11, pp.64-77, 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1806-64452009000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05/2018.

ESPAÑA. Ley Orgánica 4, de 12 de abril de 2007. Modifica la Ley Orgánica 6/2001, de 21 de diciembre, de Universidades. Madrid. Disponível em: < <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2007-7786>>. Acesso em: 02/2019.

ESPAÑA. Orden EDU/849/2010, de 18 de marzo de 2010. Regula la ordenación de la educación del alumnado con necesidad de apoyo educativo y se regulan los servicios de orientación educativa en el ámbito de gestión del Ministerio de Educación, en las ciudades de Ceuta y Melilla. Madrid. Disponível em: < <http://sid.usal.es/idocs/F3/LYN15035/3-15035.pdf>>. Acesso em: 07/2017.

ESPAÑA. Real Decreto Legislativo 1, de 29 de noviembre de 2013. Aprueba el Texto Refundido de la Ley General de derechos de las personas con discapacidad y de su inclusión social. Madrid. Disponible em: < <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2013-12632>>. Acesso em: 03/2018.

ESPAÑA. Real Decreto 1393/2007, de 29 de octubre de 2007. Que establece la ordenación de las enseñanzas universitarias oficiales. Madrid. Disponible em: < <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-18770>>. Acesso em: 08/2017.

ESPAÑA. Real Decreto 1971, de 23 de diciembre de 1999. *Procedimiento para el Reconocimiento, Declaración y Calificación del Grado de Minusvalía*. Madrid. Disponible em: < <https://www.boe.es/buscar/pdf/2000/BOE-A-2000-1546-consolidado.pdf>>. Acesso em: 03/2018.

ESPINOSA, J.; MARQUEZ, M.O.; RUBIO, Victor. El Papel del Psicólogo en Centros para Sujetos con Retraso Mental. *Papeles del Psicólogo*, vl. 22-23, 1985. Disponible em:< <http://www.papelesdelpsicologo.es/resumen?pii=244>>. Acesso em: 04/2018.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas. *Rev Bras Epidemiol.*, vol.8, ano 2, p.187-193, 2005. Disponible em:< <http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>>. Acesso em: 04/2018.

FERREIRA, M. A. V. *De la minus-valía a la diversidad funcional: un nuevo marco teórico-metodológico*. *Política y Sociedad*, v. 47, nº 1, p. 45-65, 2010. Disponible em: < <https://eprints.ucm.es/35230/>>. Acesso em: 10/2018.

FERREIRA, M.A.V. Discapacidad, Corporalidad y Dominación: la lógica de las imposiciones clínicas, 2009. In: CONGRESO ALAS, XXVIII, 2009, Buenos Aires. 2009. Disponible em:< <http://cdsa.aacademica.org/000-062/2156.pdf>>. Acesso em: 07/2017.

FERREIRA, M.A.V; MARTÍN, M. T; DÍAZ, S.R; VELÁZQUEZ, E.D; ESTEBAN, A.C. Discapacidad y Políticas Públicas en España: un estudio longitudinal. Disponible em:< http://www.asesdis.es/ASESDIS_textos.htm>. Acesso em: 07/2017.

FIGUEIRA, E. *Psicologia e Inclusão: atuações psicológicas em pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

GARCÍA, A. B; CHECA, R. M. H. Definiciones de discapacidad en España. *Informes Portal Mayores*, nº 109, Madrid, 2011. Disponible em:

<<http://envejecimiento.csic.es/documentos/documentos/pm-definiciones-01.pdf>>. Acesso em: 09/2018.

GARCÍA, C.E.; SANCHÉZ, A.S. Visión y Modelos Conceptuales de la Discapacidad. *Revista Políbea*, nº 73, 2004. Disponível: <<http://sid.usal.es/articulos/discapacidad/7589/8-2-6/vision-y-modelos-conceptuales-de-la-discapacidad.aspx>>. Acesso em: 05/2018.

GESODIS. Discapacidad y Políticas Públicas en España: un estudio longitudinal. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad (RELACES)*, 2016. Disponível em: <http://www.mferreira.es/Documentos_nuevo/Publicaciones.htm>. Acesso em: 05/2017.

GESSER, M; NUERNBERG, A.H. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol.34 ano 4, p.850-863, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932014000400850&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05/2018.

GESSER, M; NUERNBERG, A.H; TONELI, M.J.F; A Contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; v. 24, n. 3, p. 557-566, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewissue.php?id=33>>. Acesso em: 07/2017.

GIL, A.C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 176.

GOMES, C. C. P. O Papel Social da Universidade, 2014. In: XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 2014, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/30407915.pdf>>. Acesso em: 12/2018.

GONÇALVES, G.C.. VAZ, A.F. Notas sobre la Educación de Personas con Histórico de Deficiencia en Brasil. *Ágora para la EF y el Deporte*, n.º 9, p. 15-30, 2009. Disponível em: <https://www5.uva.es/agora/revista/9/agora9_carreiro_2.pdf>. Acesso em: 04/2018.

HUMANS Rights Watch. Brasil: Pessoas com deficiência são confinadas em péssimas condições, 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2018/05/23/318179>>. Acesso em: 06/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência. Disponível em: <
<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>>. Acesso em: 06/2018.

INSTITUTO de Mayores y Servicios Sociales. Grau de Discapacitat. 2019. Disponível em: <
http://www.imserso.es/imserso_02/autonomia_personal_dependencia/grado_discapacidad/index.htm>. Acesso em: 03/2019.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde Soc. São Paulo*, v.18, n.4, p.733-743, 2009. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000400016&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01/2019.

LAVILLE, C; DIONNE, J. A Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, L. P. A Psicologia histórico-cultural na compreensão dos conceitos relacionados à deficiência: uma análise investigatória com futuros profissionais. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014. Relatório Científico – CNPq. (Texto não publicado).

LINS, C. F. M. Apostila de IRAMUTEQ. Universidade de Fortaleza – Programa de Pós Graduação em Psicologia, [entre 2010 e 2018].

LOPES, L. A Orientação Profissional para Jovens com Déficit Cognitivo: um relato de experiência. *Boletim de Psicologia*, v. Lvi, n. 125, p. 189-203, 2006. Disponível em: <
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432006000200005>. Acesso em: 01/2019.

LOUZADA, J.C.A. Inclusão Educacional: em foco a formação de professores de Educação Física. 2017. 127f. Mestrado em Educação. Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – FFC/Marília, 2017.

MARTINS, A.J.; CARDOSO, M.H.C.A.; JÚNIOR, J.C.L.; MOREIRA, M.C.N. A concepção de família e religiosidade presente nos discursos produzidos por profissionais médicos acerca de crianças com doenças genéticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, vol.17, ano 2, p. 545-553, 2012. Disponível em:<

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000200027&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 05/2018.

MATTOS, B.M. Deficiência: da conceituação aos posicionamentos de universitários. 2016. 106f. Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2016.

MATTOS, L.K.; NUERNBERG, A.H. A Intervenção do Psicólogo em Contextos de Educação Especial na Grande Florianópolis. *Rev. bras. educ. espec. vol.16 no.2 Marília, 2010.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000200004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04/2018.

MAZO, R. Ensino de Arquitetura e Concepção de Professores sobre Acessibilidade, Inclusão Social, Desenvolvimento Humano e Deficiência. 2010. 155f. Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2010.

MICHELS, M.H. Paradoxos da Formação de Professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.11, n.2, p.255-272, 2005.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382005000200007>. Acesso em: 07/2017.

MINISTERIO DE SANIDAD, CONSUMO Y BIENESTAR SOCIAL. Base Estatal de Datos de Personas con Valoración del Grado de Discapacidad, 2018. Disponível em: <http://imsero.es/InterPresent1/groups/imsero/documents/binario/bdepcd_2016.p>. Acesso em: 07/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Pesquisa Nacional de Saúde: ciclos de vida, 2013. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 06/2018.

MIRANDA, R. L; CIRINO, S. D. Os primeiros anos dos Laboratórios de Análise do Comportamento no Brasil. *Psychologia Latina, v. 1, p. 79-87, 2010.* Disponível em: <<https://psicologia.ucm.es/data/cont/docs/29-2013-04-25-art5.pdf>>. Acesso em: 11/2018.

MORI, N. N. R. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. *Acta Scientiarum. Education, Maringá, v. 38, n. 1, p. 51-59, 2016.* Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/26236>>. Acesso em: 12/2018.

MURILLO, D. G; GALÁN, J. H. Guía para Implementar el Universal Instructional Design-UID (Diseño Instruccional Universal) en la Universidad. Barcelona: *Observatorio Universidad y Discapacidad*, 2012.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção nº 159 sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas deficientes, 1983. Disponível em: < http://www.trtsp.jus.br/geral/tribunal2/LEGIS/CLT/OIT/OIT_159.html>. Acesso em: 07/2018.

OLIVEIRA, C. M; NUERNBERG, A. H; NUNES, C. H. S. S. Desenho universal e avaliação psicológica na perspectiva dos direitos humanos. *Avaliação Psicológica*, v. 12, n. 3, p. 421-428, 2013. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300017 >. Acesso em: 01/2019.

OLIVEIRA, C. M. NUNES, C. H. S. S. Instrumentos para Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Tecnologias para Desenvolvimento e Adaptação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 35, n. 3, p. 886-899, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932015000300886&lng=en&nrm=iso&tlng=pt >. Acesso em: 01/2019.

OLKIN, R.; PLEDGER, C. Can Disability Studies and Psychology Join Hands?. *American Psychologist*, vol. 58. nº 4, 2003. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/10658236_Can_Disability_Studies_and_Psychology_Join_Hands>. Acesso em: 05/2018.

OMOTE, S. Perspectivas para Conceituação de Deficiências. *Revista Brasileira de Educação Especial*, vol. 04, p. 127-135, 1996. Disponível em:< http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/sumarios/sumariorevista4.htm>. Acesso em: 02/2018.

ONU. Convention on the Rights of Persons with Disabilities and Optional Protocol. Nova York. 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05/2016.

ONU. Declaração de Salamanca. Salamanca. 1994. 17pgs. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 05/2016.

ONUBR. A ONU e as pessoas com deficiência, 2018. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em: 05/2018.

ORTEGA, F. Deficiência, Autismo e Neurodiversidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 1, p. 67-77, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100012>. Acesso em: 03/2017.

PALACIOS, A.; ROMANÑACH, J. El Modelo de la Diversidad. Espanha: Ediciones Diversitas, 2006.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro*, v.16, n.3, p.715-728, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702009000300009&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 07/2017.

PICCOLO, G.M.; MENDES, E.G. Contribuições a um Pensar Sociológico sobre a Deficiência. *Educ. Soc., Campinas*, v. 34, n. 123, p. 459-475, 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03/2017.

PICCOLO, G.M.; MENDES, E.G. Nas Pegadas da História: tracejando relações entre deficiência e sociedade. *Rev. Educ. Espec., Santa Maria*, v. 25, n. 42, p. 29-42, 2012. Disponível em:<<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 06/2017.

PLENA INCLUSIÓN MADRID. El Maletín del Psicólogo de Centros y Servicios de Atención a Personas con Discapacidad Intelectual. Madrid, 2016. Disponível em:<https://plenainclusionmadrid.org/wp-content/uploads/2017/12/Maletin_del_psicologo_baja.pdf>. Acesso em: 05/2018.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 22, nº 81, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/1616-6035-1-PB.pdf>>. Acesso em: 07/2017.

PLETSCH, M.D.; MENDES, G.M.L. Between Policies and Practices: The Challenges of Inclusive Education in Brazil. *Education Policy Analysis Archives Vol. 23, No. 27*, 2015. Disponível em:< <http://www.redalyc.org/pdf/2750/275041389056.pdf> >. Acesso em: 04/2018.

PUENTE, M.T.G.E. La Psicología en la Atención a las Personas con Discapacidad. *Educ. Curitiba*, n. 23, p. 355-362, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/er/n23/n23a20.pdf>>. Acesso em: 05/2018.

QUEZADA, R. G. La responsabilidad social universitaria como desafío para la gestión estratégica de la Educación Superior: el caso de España. *Revista de Educación*, v. 355, p. 109-133, 2011. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.educacion.es/re355/re355_05.pdf>. Acesso em: 12/2018.

ROSSO, A; ROMANINI, M. Empoderamento individual, empoderamento comunitário e conscientização: um ensaio teórico. *Psicologia e Saber Social*, v. 3, n. 1, p. 83-95, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/12203>>. Acesso em: 01/2019.

RUBINSTEIN, S. La formación de los profesores de Educación Física en el área de la discapacidad: un análisis de los planes de estudios de 1992, 1996 y 2004 del curso de profesores del ISEF – Montevideo. *Movimento, Porto Alegre*, v. 18, n. 03, p. 203-218, 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/27844/21151>>. Acesso em: 07/2017.

SALERNO, M.B; JORDAN, M.A.T; ARAÚJO, P.F. Instituciones de Enseñanza Superior de España y Brasil: temática sobre las personas con discapacidad. *Rev Bras Educ Fís Esporte*, v. 29, n. 2, p. 303-12, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-55092015000200303&script=sci_abstract&tlng=es>. Acesso em: 07/2017.

SALVIATI, M. E. Manual do Aplicativo Iramuteq. Planaltina, 2017. Planaltina, 2017. Disponível em: <<http://iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>>. Acesso em: 10/2018.

SANTOS, V.; SALVADOR, P; GOMES, A; RODRIGUES, C; TAVARES, F; Alves, K; BEZERRIL, M. IRAMUTEQ nas pesquisas qualitativas brasileiras da área da saúde: *scoping review*. *ATAS- Investigação Qualitativa em Saúde*, v. 2, 2017. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1230/1191>>. Acesso em: 12/2018.

SARRIONANDIA, G. E. ALONSO, M. A. V. Diez años después de la declaración de Salamanca sobre necesidades educativas especiales en España. Entre la retórica esperanzadora y las resistencias al cambio. *Siglo Cero: Revista Española sobre Discapacidad Intelectual*, v. 36, nº 213, págs. 5-12, 2005. Disponível em: <>. Acesso em: 05/2017.

SARRIONANDIA, G. E; RUEDA, C. S; ALONSO, M. A. V; MENA, M. S; LÓPEZ, M; ÁLVAREZ, M. I. C; GIL, F. G. Paradojas y dilemas en el proceso de inclusión educativa en España, *Revista de educación*, nº 349, págs. 153-178, 2009. Disponível em: < http://www.revistaeducacion.educacion.es/re349/re349_08.pdf>. Acesso em: 02/2018.

SIGUAN, Miguel. La Psicología en España. In: SEXTON, V.S; MISIAK, H. *Psychology Around the World*. Monterey, CA: Brooks/Cole. 1976.

da SILVA, K. C. B. O discurso médico-psicológico na configuração do campo da Educação Especial. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 1, p. 69-87, 2016. Disponível em: < <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1198> >. Acesso em: 12/2018.

SILVA, V.L.R.R.; BONATTO, S.J. Modelo de Protocolo para Diagnosticar as Condições de Acessibilidade às Instituições Públicas do Estado do Paraná. In: Peixe et al (org.). *Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: Reflexões, Experiências e Contribuições*, vol I, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Paraná, 2010. Disponível em: < http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/formulacao_e_gestao_de_politicas_publicas_no_parana/volume_1/capitulo_2_ciencia_tecnologia_e_ensino_superior/2_8.pdf>. Acesso em: 06/2018.

SOARES, A.R. A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, vol. 30 (Núm. Esp.), p. 8-41, 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf>>. Acesso em: 07/2018.

SOUZA, S.B. Currículo, Profissionalização e Inclusão. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n. s1, p. 336–340, 2016. Disponível em:< <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1471-3802.12295>>. Acesso em: 06/2018.

SPATTI, A. C; SERAFIM, M. P; DIAS, R. B. Universidade e pertinência social: alguns apontamentos para reflexão. *Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP*, v. 21, n. 2, p. 341-360, 2016. Disponível em: <>. Acesso em: 12/2018.

TIMES Higher Education Ranking. Disponível em:< https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2017/world-ranking#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/scores >. Acesso em: 07/2017.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Jomtien. 1990. 8 pgs. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 05/2016.

UNIFESP – Departamento de Comunicação Institucional. Unifesp é a melhor universidade federal brasileira. 2017. Disponível em:< <http://www.unifesp.br/reitoria/dci/boletins-anteriores/item/2853-unifesp-e-a-melhor-universidade-federal-brasileira>>. Acesso em: 03/2018.

VELDEN, H.F.V. Formação de Profissionais em Psicologia para Atenção às Pessoas com Deficiência: análise de ementários de cursos públicos de graduação no país. 2012. 144f. Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Bauru, 2012.

VICTOR, S. L; CAMIZÃO, A. C. Psicologia Histórico-Cultural e a Contribuição na Superação do Modelo Médico-Psicológico. In: LEONARDO, N.S.T; BARROCO, S.M.S; ROSSATO, S. P. M. (orgs). Educação Especial e Teoria Histórico-Cultural. Curitiba: Appris, 2017. cap.1, p. 17-35.

VILELA, A.M.J. HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: UMA NARRATIVA POR MEIO DE SEU ENSINO. *PSICOL. CIENC. PROF.* V.32 Nº.SPE, BRASÍLIA, 2012. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S1414-98932012000500004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500004)>. ACESSO EM: 08/2018.

WALTOLLER, F; THORIUS, K. K. Cross-Pollinating Culturally Sustaining Pedagogy and Universal Design for Learning: toward an inclusive pedagogy that accounts for dis/ability. *Harvard Educational Review*, v.86, nº 3, p. 366-389, 2016. Disponível em: < <https://eric.ed.gov/?id=EJ1113760> >. Acesso em: 11/2018.

YAMAMOTO, E. USP é a primeira latino-americana no THE World University Ranking. *JORNAL da USP*. 2017. Disponível em:< <https://jornal.usp.br/institucional/usp-e-a-melhor-latino-americana-no-the-world-university-ranking/>>. Acesso em: 03/2018.